



*Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.*

**MOVIMENTO É VIDA:  
ATIVIDADES FÍSICAS E ESPORTIVAS  
PARA TODAS AS PESSOAS**

Relatório Nacional de  
Desenvolvimento Humano do Brasil  
**2017**

# Atividades físicas e esportivas e Mulheres no Brasil

*Profa. Dra. Helena Altmann – Unicamp*

*leve  
a semente vai  
onde o vento leva*

*gente pesa  
por mais que invente  
só vai onde pisa  
Alice Ruiz*

## INTRODUÇÃO

“Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas” é um dos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável de acordo com a Cúpula das Nações Unidas. Tais objetivos fazem parte de uma agenda, que é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade. Essa agenda “busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global ao desenvolvimento sustentável”<sup>1</sup>. Outros dois objetivos diretamente relacionados ao tema deste artigo são “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar de todos em todas as idades” e “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”<sup>2</sup>.

De que forma a busca da igualdade de gênero e o empoderamento das meninas e mulheres se articulam com a garantia de uma vida saudável, a promoção do bem-estar e a educação inclusiva, equitativa de qualidade? São muitas as relações existentes entre esses objetivos de desenvolvimento sustentável, as quais serão exploradas ao longo deste artigo. Neste momento, cabe destacar que a relação entre saúde e prática de atividades físicas e esportivas está cientificamente comprovada em várias áreas de conhecimento. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a prática de atividade física e esportiva para promoção da saúde para todas as faixas etárias<sup>3</sup>. No Brasil, as oportunidades e possibilidades de aprendizagens e prática nos esportes e nas atividades físicas são ainda desiguais para meninas e meninos, homens e mulheres. Assegurar uma educação inclusiva e equitativa sob uma perspectiva de gênero ainda é um desafio

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

<sup>2</sup> Os outros 14 objetivos são: 1. Acabar com a pobreza em todas suas formas em todos os lugares; 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 6. Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos; 7. Garantir acesso à energia barata,

<sup>2</sup> Os outros 14 objetivos são: 1. Acabar com a pobreza em todas suas formas em todos os lugares; 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável; 6. Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos; 7. Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos; 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos; 9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis; 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos; 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade; 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis; 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015.html>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

<sup>3</sup> Disponível em: <[http://www.who.int/dietphysicalactivity/factsheet\\_recommendations/es/](http://www.who.int/dietphysicalactivity/factsheet_recommendations/es/)>. Acesso em: 25 mai. 2017.



dentro da escola e em outros espaços de educação não formal. Outro desafio seria compreender e divulgar os efeitos educativos da experiência esportiva e com outras atividades físicas no “empoderamento de todas as mulheres e meninas”, bem como “na participação plena e efetiva das mulheres e na igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública” – aspectos destacados pelas Nações Unidas para a promoção da igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável<sup>4</sup>.

Esses aspectos têm sido abordados pela produção científica brasileira na área, conforme veremos a seguir, e também estão evidenciados na escolha da fotografia para ilustrar o objetivo “Igualdade de gênero para o desenvolvimento sustentável”, no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil.



Figura 1 – Meninas jogando futebol. Fotografia ilustrativa do quinto objeto para o desenvolvimento sustentável – igualdade de gênero – no site do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil. Créditos: Unicef<sup>5</sup>.

A escolha de uma imagem com meninas jogando futebol para ilustrar a necessária promoção da igualdade de gênero é significativa. Nela, as meninas estão em movimento. Numa relação competitiva, correm e uma delas chuta a bola

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview/goal-5.html>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/post-2015/sdg-overview/goal-5.html>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

de forma ofensiva em direção ao gol. São protagonistas, mesmo num contexto social economicamente desfavorável, expresso pelos pés descalços, pela baixa qualidade do campo e pelas características das residências no entorno. Na sociedade brasileira, jogar o mais popular esporte do país é uma conquista relativamente recente de meninas e mulheres. Ainda assim, o futebol é um espaço de expressão de desigualdades.

O “Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional sobre Atividades Físicas e Esportivas e Desenvolvimento Humano” (PNUD, 2017a) sobre o Brasil, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, destaca que, na Constituição brasileira de 1988, o lazer consta como um direito social, e o fomento às práticas esportivas formais e não-formais é um dever do Estado (BRASIL, 1988). No entanto, em torno de 65% da população brasileira com 18 anos ou mais de idade não pratica atividades físicas e esportivas. Alguns marcadores sociais de diferença interferem nessa prática, como escolaridade, renda, classe social, deficiência e gênero. O relatório destaca que a prática de exercícios físicos e esportes por mulheres é 40% inferior aos homens (PNUD, 2017a).

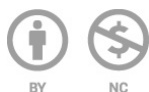
A desigualdade de gênero no campo das atividades físicas e esportivas também tem sido foco de atenção de organizações internacionais na área de gênero. Uma das primeiras associações científicas internacionais criada em defesa da prática esportiva e de atividades físicas para mulheres foi a IAPESGW – International Association of Physical Education & Sport for Girls and Women. A IAPESGW foi fundada em 1949, para oportunizar que mulheres professoras de educação físicas se reunissem e compartilhassem suas ideias, métodos, programas, problemas e soluções entre si. Atualmente, ela reúne pesquisadoras(es), professoras(es) e outros profissionais de mais de 40 países, realizando encontros internacionais a cada quatro anos, bem como encontros regionais<sup>6</sup>. Também organiza publicações sobre a temática, como uma recente coletânea de livros sobre mulheres nos cinco continentes (FERREIRA, 2016)<sup>7</sup> e um livro sobre mulheres no esporte na América Latina, o qual tem um capítulo específico sobre o Brasil (RUBIO, ALTMANN, MOURÃO e GOELLNER, 2016). A IAPESGW é membro do International Council of Sport Science and Physical Education (ICSSPE)<sup>8</sup>.

Em 1994, foi endossada a Declaração de Brighton sobre Mulheres e Esporte (FINNISH SPORT FEDERATION, 2014), com diretrizes e ações para combater, em

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.iapesgw.org/> Acesso em: 27 mai. 2017.

<sup>7</sup> A coleção de livros sobre os cinco continentes está disponível para download em: <https://drive.google.com/drive/folders/0B441cCHT7g1hcmFzejdTUWHc> Acesso em 17.06.17.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.icsspe.org/> Acesso em: 27 mai. 2017.



âmbito internacional, as significativas desigualdades de gênero nas mais diversas dimensões esportivas. Esse documento parte da Declaração Universal de Direitos Humanos, na qual o acesso ao esporte é afirmado como um direito universal, e da constatação de que, embora as mulheres representem mais de cinquenta por cento da população mundial, em todos os países do mundo sua participação nos esportes é menor do que a de homens e meninos, mesmo que com variações significativas entre as nações. Para que o esporte seja garantido a todos e a todas, são necessárias ações que levem em conta as desigualdades de gênero e discriminações existentes contra mulheres (ALTMANN, 2014).

O objetivo primordial da Declaração de Brighton sobre Mulheres e Esporte é o de desenvolver uma cultura esportiva que permita e valorize a participação plena das mulheres em todos os aspectos do esporte. Para isso, apresenta princípios que devem guiar ações destinadas a aumentar a participação das mulheres no esporte em todos os níveis, funções e papéis. O Brasil é signatário dessa declaração por meio do Comitê Olímpico Brasileiro. Esse documento está ligado ao International Working Group on Women and Sport, uma organização internacional que realiza eventos a cada quatro anos.

No Brasil, a temática de gênero também está inserida no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, uma entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte, por meio do Grupo Temático de Trabalho Gênero, criado em 2013<sup>9</sup>. A temática de gênero e educação física/esportes está presente em eventos científicos brasileiros, como nos congressos bianuais do CBCE – Conbrace – e no Fazendo Gênero<sup>10</sup>.

Assim, importância da intersecção entre gênero e atividades físicas e esportivas tem sido destacada por organizações políticas e científicas em âmbito nacional e internacional.

Os dados apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do Brasil – Movimento é Vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas (PNUD, 2017b) demonstram desigualdades sociais e de gênero nas atividades físicas e esportivas, com resultados desfavoráveis às mulheres, bem como a pessoas negras, de menor escolaridade e menor renda.

Marcadores sociais como sexo, idade, cor de pele/raça, renda, nível de instrução e região do país em que se vive diferenciam a população em grupos bem distintos. O pertencimento a um ou outro desses grupos afeta drasticamente as oportunidades e experiências que uma pessoa pode ter ao longo de sua vida. Por exemplo, em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.cbce.org.br/gtt-detalle.php?id=13>>. Acesso em: 29 mai. 2017.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/wwc2017/>>. Acesso em: 29 mai. 2017.



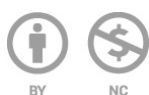
Municipal (IDHM) dos brancos era 12,6% superior ao dos negros, e a renda das mulheres era 28% inferior à dos homens, mesmo obtendo níveis educacionais mais elevados<sup>11</sup>.

Essas desigualdades têm um peso decisivo na distribuição da prática de atividades físicas e esportivas (AFEs) na população do Brasil. Os marcadores sociais, da mesma forma que condicionam outras dimensões da vida da população, afetam o envolvimento com essas práticas (PNUD, 2017b, p. 83).

A partir das constatações de desigualdades sociais, o objetivo deste artigo é analisar as desigualdades de gênero no acesso de mulheres às atividades físicas e esportivas no Brasil, bem como ações que contribuem para sua inserção e permanência nessa área. As razões dessas desigualdades são multifatoriais, estando relacionadas à história e a vários aspectos da vida social, conforme será analisado ao longo deste artigo. As origens históricas do esporte como uma atividade masculina, os significados de gênero presentes nas atividades físicas e esportivas, as desigualdades de oportunidade e de remuneração no mundo do trabalho, a maior responsabilização das mulheres pelas tarefas domésticas e de cuidado e os processos educativos e de acesso às atividades físicas e esportivas são alguns dos elementos aos quais as desigualdades de gênero nas atividades físicas e esportivas estão relacionadas. Essas desigualdades também se articulam com outros marcadores sociais de diferença, como raça, renda e escolaridade.

Este artigo sistematiza reflexões a partir do diálogo com a produção de conhecimento brasileira em gênero, educação física e esporte, estando organizado em quatro partes. A primeira delas destaca que a prática de atividades físicas e esportivas por mulheres resulta da conquista de direitos. Mudanças sociais na inserção das mulheres na vida pública e alterações nas legislações vigentes até o final da década de 1970 no Brasil foram necessárias para a abertura de novas possibilidades corporais às mulheres. A segunda parte do artigo tematiza as relações entre a realização de atividades físicas e esportivas e as desigualdades de gênero presentes na sociedade brasileira contemporânea. Pesquisas demonstram que as mulheres se envolvem menos com as práticas corporais do que os homens, o que está relacionado a características do mundo do trabalho, entre outros. O envolvimento com atividades físicas e esportivas depende da sua aprendizagem, e compreender como gênero perpassa os processos educativos nessa área é o tema da terceira parte deste artigo. Tais processos são de extrema importância, pois possibilitam o acesso a um conhecimento, o desenvolvimento de um saber-fazer e a criação do apreço por essas atividades. Gostar de fazer atividades físicas e

<sup>11</sup> Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017. Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2017.



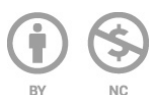
esportivas gera a adesão à prática, com benefícios à saúde e ao bem-estar, entre dimensões da vida. Por fim, a quarta parte aborda a prática de atividade física e esportiva como lazer. Sem pretender abarcar todas as modalidades disponíveis, essa parte faz uma reflexão sobre as experiências de mulheres nessa área a partir de algumas atividades específicas, trazendo elementos para compreender como o interesse, a valorização e o gosto pelas atividades físicas e esportivas se produzem. A partir das análises desenvolvidas, este artigo é concluído com a sistematização de elementos que possam contribuir na proposição de políticas de intervenção para a promoção da prática de atividades físicas e esportivas para mulheres no Brasil.

## 1. Prática de atividades físicas e esportivas: da conquista do direito ao enfrentamento das desigualdades

“Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplos terrenos de luta” (HARAWAY, 2004, p. 221). Sua origem está ligada ao movimento feminista, que, nas suas várias vertentes, lutou por romper com expressões agudas de desigualdade em termos formais ou legais, como no que se refere ao direito das mulheres ao voto, à propriedade e ao acesso à educação. A noção, formulada por Simone de Beauvoir, de que “não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres” marca essa área de conhecimento, hoje reconhecida como estudos de gênero. Assim, o questionamento do caráter natural da subordinação das mulheres e a constatação de que aquilo que é construído pode ser modificado foram, paulatinamente, ampliando as possibilidades de inserção das mulheres na vida em sociedade, inclusive nos esportes e nas atividades físicas.

O ano em que as mulheres conquistaram o direito ao voto no Brasil, 1932, é também o ano em que, pela primeira vez, uma brasileira participou dos Jogos Olímpicos: Maria Lenk. A contestação das situações de subordinação das mulheres no Brasil deu seus primeiros passos já na sociedade escravocrata e patriarcal do século XIX, como com a conquista do direito à educação elementar em 1827 e o acesso ao ensino superior em 1879.

A exclusão das mulheres do mundo esportivo se expressou de muitas formas ao longo da história. É conhecida a objeção de Pierre de Coubertain, idealizador dos Jogos Olímpicos Modernos, à participação das mulheres nesses eventos (DEVIDE, 2005; FARIAS, 2009): “os jogos olímpicos são a exaltação



solene e periódica do esporte masculino” (COUBERTIN apud FARIAS, 2009, pp. 238-239). A participação das mulheres era tolerada em algumas modalidades, ainda que o direito de subir ao pódio tenha sido negado por mais tempo. De acordo com Cláudia Farias (2009), a renúncia de Pierre de Coubertin à presidência do Comitê Olímpico Internacional em 1925 também esteve ligada ao avanço e à pressão do movimento feminista no campo esportivo.

As primeiras experiências de mulheres brasileiras nos esportes se deram em modalidades que ressaltavam a distinção, a graça, a beleza e a leveza natural dos movimentos femininos, como a ginástica, a natação, o tênis, o voleibol, a equitação e a esgrima (ADELMAN, 2011; FARIAS, 2009; GOELLNER, 2003; SCHPUN, 1999).

Maria Lenk, filha de imigrantes alemães, influenciada e apoiada pelo pai, seguiu os passos de outras nadadoras brasileiras, como Blanche Pironnet, Jandira Barroso, Violeta Coelho Neto, Anésia Coelho e Alice Possolo, que também nadaram entre o final da Primeira Guerra Mundial e o início da década de 1920 (FARIAS, 2009; DEVIDE e VOTRE, 2012). De acordo com Mônica Schpun (1999), a cultura urbana de São Paulo nos anos 1920 foi marcada pela introdução de novas formas de sociabilidade coletiva e novos equipamentos de lazer, dentre os quais os eventos esportivos assumiram uma dimensão central. As relações nos esportes não eram simétricas. “Carregados de ideias de competição, de jogo, de combate, tais práticas adéquam-se antes de tudo à socialização masculina, à formação do cidadão ‘viril’” (SCHPUN, 1999, pp. 28-29). Ainda assim:

No início do século XX, a natação tornou-se um locus de poder simbólico, que permitiu às mulheres atletas, geralmente de origem europeia, vindas das elites e notadamente dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, conquistar o espaço na esfera pública das competições e da mídia esportiva, sem as resistências sociais da época, que restringiam as mulheres à esfera privada. Esse processo de conquista da esfera pública foi possível devido à correspondência ao projeto eugênico promovido pelo Estado, que destinou às mulheres a função de fortalecimento da raça brasileira, tendo o esporte, especificamente a natação, como mola propulsora. Nesse contexto, a inserção dessas mulheres pioneiras no esporte contribuiu para que as nadadoras ganhassem visibilidade e passassem a ser valorizadas como exemplos de saúde, beleza e graciosidade, numa sociedade patriarcal e conservadora, rompendo valores de uma época que reservava às mulheres os papéis de mãe, esposa e dona de casa (DEVIDE e VOTRE, 2012, p. 14).

Nesse contexto, aos 17 anos, Maria Lenk viajou acompanhada de 66 atletas homens a bordo do navio cargueiro Itaquicê durante quase um mês para ser a primeira sul-americana a competir em uma olimpíada. Nos Jogos Olímpicos de Londres, em 1936, quebrou dois recordes mundiais de natação. Ao término da sua





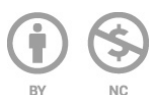
carreira como atleta, em 1942, tornou-se professora da Escola Nacional de Educação Física e Desportos e, posteriormente, a primeira mulher diretora dessa escola. Integrou, no final dos anos 1960, o Conselho Nacional de Desportos, lutando pelo fim das restrições à prática esportiva feminina impostas pelos autoritarismos do Estado Novo e do Golpe Militar (FARIAS, 2009).

Em 1934, restrições à prática de exercícios pelas mulheres, como em relação ao desenvolvimento de músculos e aos exercícios intensos, foram estabelecidas pelo “Regulamento nº 7”, documento legal que destacava o uso do método francês na educação física no Brasil. Exercícios intensos e envolvendo força seriam incompatíveis com a personalidade “naturalmente” mais calma e reservada da mulher, bem como com suas funções reprodutivas. A fadiga muscular associada à menstruação, à gravidez e ao aleitamento poderia causar esgotamento. (REGULAMENTO nº 7, 1934). As seguintes atividades eram recomendadas àquelas que “não eram constituídas para lutar, mas para procriar”:

A marcha, os exercícios rítmicos e de suspensão de curta duração com tempos de impulsão, o salto na corda, o lançamento de disco, dardo e peso (menor que os dos homens), os jogos de raquete (pêla e tênis), o transporte de pesos leves em equilíbrio na cabeça, e esgrima dos dois braços, que exigem em definitivo apenas um trabalho moderado e que põem em ação, sobretudo, os músculos da bacia, serão, em princípio, os exercícios próprios à mulher. Qualquer exercício que seja acompanhado de pancadas, de choques e de golpes é perigoso para o órgão uterino. A higiene condena sua prática pela mulher (REGULAMENTO nº 7, 1934, p. 16).

Outras duas legislações que restringiram a prática esportiva no Brasil datam de 1941 e 1965. A legislação de 1941, no artigo 54, afirmava: “às mulheres não será permitida a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país.” (BRASIL, 1941) Em 1965, no início do regime militar, foram proibidas algumas modalidades com a seguinte redação: “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo aquático, polo, rugby, halterofilismo e baseball” (BRASIL, 1965). Essa legislação foi revogada apenas em 1979.

A conquista do direito à prática esportiva foi gradual. Se tomarmos os Jogos Olímpicos como referência, na edição seguinte à participação de Maria Lenk, seis mulheres atletas representaram o Brasil em modalidades individuais. Somente em 1980 as mulheres passaram a representar mais de 10% da delegação brasileira, sendo então possível observar a consolidação e expansão da presença



de mulheres atletas nas delegações brasileiras. A partir de Sydney 2000, o número de atletas olímpicos brasileiros se aproximou da igualdade de gênero: 111 homens (54%) e 94 mulheres (46%)<sup>12</sup>. Na última edição dos jogos, Rio 2016, o Brasil teve 256 atletas homens classificados (55%) e 209 mulheres (45%)<sup>13</sup>. Considerando que a proporção entre atletas homens e mulheres manteve-se praticamente inalterada nas duas últimas edições dos jogos e que as mulheres representam 51,5% da população brasileira, pode-se afirmar que conquistas ainda precisam ser alcançadas nessa esfera do esporte profissional.

## 2. Desigualdades de gênero na sociedade brasileira e suas relações com as atividades físicas e esportivas

Cabe afirmar que as desigualdades de gênero no campo das atividades físicas e esportivas estão inseridas em um contexto mais amplo de desigualdades presentes em outras esferas sociais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016a), as mulheres representam 51,5% da população brasileira. Se o direito ao voto foi conquistado em 1932, a ocupação de espaços de poder e decisão é uma área de grande desigualdade. Em 2014, as mulheres representavam 52,1% dos eleitores; no entanto, eram apenas 8,8% dos deputados federais em exercício, 12,3% dos senadores e 7,4% dos governadores estaduais (BRASIL, 2015). Também na área esportiva, as mulheres são minoria em cargos de liderança e comando, como treinadoras, dirigentes e árbitras, quando comparadas aos homens (FERREIRA, SALLES e MOURÃO, 2015). As conquistas das mulheres no esporte são maiores na sua atuação como atletas do que em cargos de liderança.

O acesso à educação está amplamente garantido às mulheres brasileiras, estando elas em maior número no ensino superior. O percentual de mulheres entre 18 e 24 anos que cursam o ensino superior é mais elevado do que o de homens: 21,7% das mulheres e 15,4% dos homens. No entanto, os dados sobre o mercado de trabalho são desfavoráveis às mulheres, revelando uma estrutura de desigualdades presente em outras esferas da vida social. No mercado de trabalho, houve uma redução das desigualdades entre homens e mulheres entre 2005 e 2015; no entanto, as mulheres ainda recebem, em média, 76% do rendimento dos homens. No que se refere à ocupação de cargos de gerência ou direção, as

<sup>12</sup> Dados disponíveis em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/olimpiadas/o-brasil-nos-jogos>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

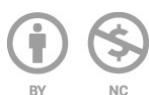
<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/confira-os-numeros-da-delegacao-brasileira-nos-jogos-rio-2016>>. Acesso em: 16 jun. 2017.



desigualdades são maiores. Em 2015, do total de pessoas inseridas no mercado de trabalho com 25 anos ou mais de idade, havia uma proporção de 6,2% de homens ocupando esses cargos, ao passo que, no caso das mulheres, essa proporção era de 4,7%. Além de haver um menor número de mulheres ocupando esses cargos, a desigualdade salarial é mais elevada, visto que as mulheres nessa posição recebiam, em média, 68% do rendimento médio dos homens em 2015 (IBGE, 2016a).

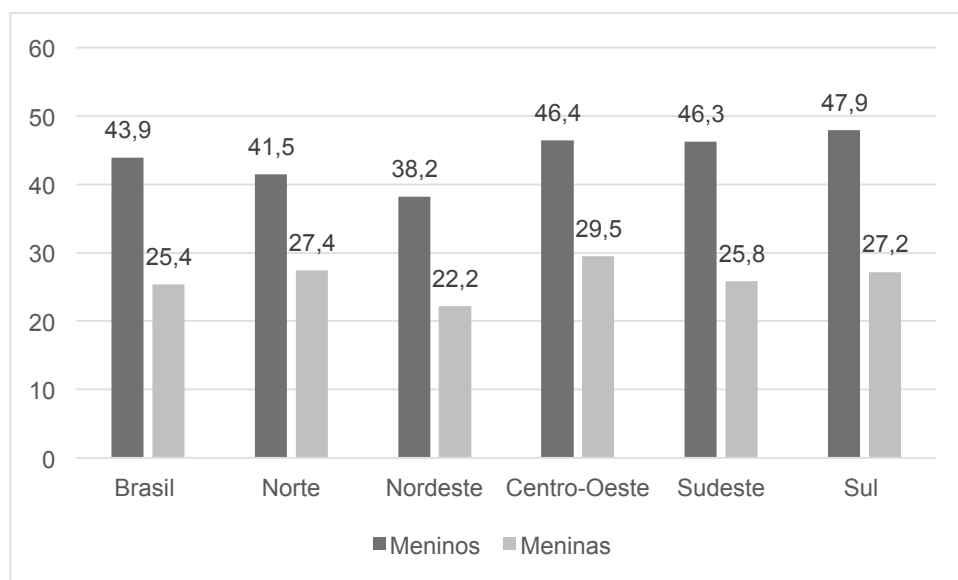
O relatório do IBGE também afirma que “as atividades relacionadas com os afazeres domésticos e cuidados têm impacto na inserção no mercado de trabalho, principalmente para as mulheres” (IBGE, 2016a, p. 80). Os resultados em relação às jornadas no mercado de trabalho e ao cuidado com afazeres domésticos mostram que os padrões de gênero na sociedade brasileira permaneceram praticamente inalterados na última década. Em 2015, a jornada masculina com afazeres domésticos permaneceu em 10 horas semanais, mesmo valor encontrado em 2005. A jornada feminina em tais atividades é o dobro da masculina (20,5 horas semanais) e, somada à sua jornada no mercado de trabalho, a jornada total feminina excede a masculina, em média, em 5 horas semanais. A dupla jornada de trabalho para as mulheres está presente em muitas regiões do mundo, ficando elas responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado de crianças ou idosos. Como afirma Nussbaum (2000), essa desigualdade limita as oportunidades de lazer e de formação das mulheres. Pesquisas desenvolvidas no Brasil demonstram que a jornada de trabalho mais elevada das mulheres tem impacto no seu tempo de lazer e, conseqüentemente, na prática de atividades físicas e esportivas (BRASIL, 2015; DEL-DUCCA et al., 2015; SALLES-COSTA et al., 2003; ZANCHETTA et al., 2010).

No Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, cuja última edição foi publicada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres em 2015, há um capítulo sobre Mulheres e Esporte, partindo da afirmação de que “a prática do esporte é importante não apenas para o desenvolvimento e manutenção da saúde, mas também para a socialização de meninas e meninos” (BRASIL, 2015, p. 50). Citando dados da Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares (PeNSE) de 2012, esse documento afirma que 39,1% dos meninos do 9º ano do ensino fundamental praticam alguma atividade física por, no mínimo, 300 minutos ou mais em uma semana, conforme recomendado pela Organização Mundial de Saúde, contra 21,8% das meninas. Estudantes da região Sul são os(as) que mais praticam atividades físicas ou esportivas – 25,7% das meninas e 47,4% dos meninos –, enquanto as meninas da região Nordeste destinam menos tempo para essa prática: 18,6%.



A Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares de 2015 revela uma ligeira melhora dos resultados em relação a 2012, mantendo, no entanto, uma importante diferença de gênero em todas as regiões do país. Enquanto quase 44% dos meninos brasileiros informaram praticar 300 minutos ou mais de atividade física semanal, para as meninas esse percentual foi pouco superior a 25%<sup>14</sup> (IBGE, 2016b). As diferenças entre as regiões do país são significativas, conforme pode ser visto na Figura 2.

Figura 2 – Percentual de escolares do 9º ano do ensino fundamental com 300 minutos ou mais de atividade física acumulada nos sete dias anteriores à pesquisa, por sexo, regiões e país; 2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015<sup>15</sup>.

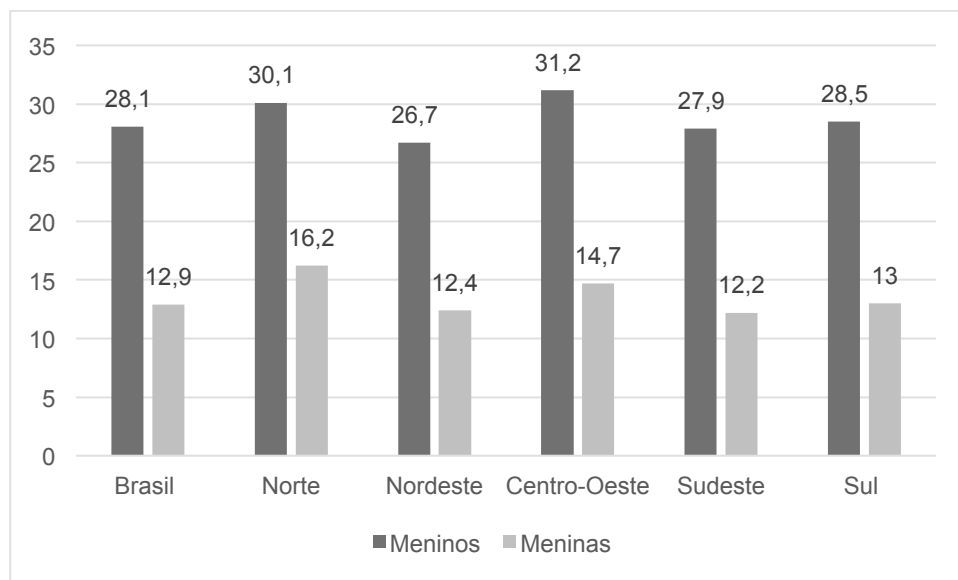
Para efeitos de comparação internacional, a PeNSE também investigou a realização de atividade física por pelo menos uma hora por dia, nos últimos sete dias anteriores à pesquisa, indicador denominado tempo de atividade física globalmente estimado. Diferentemente dos dados anteriores, nesse só estão computadas as atividades físicas e esportivas relacionadas à cultura corporal de movimento<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> Esse indicador foi obtido somando-se os tempos de atividade física acumulada, nos últimos sete dias, investigados, em 2015, por oito questões, que tratam de três domínios: deslocamento de casa para a escola e da escola para casa; aulas de educação física na escola; e outras atividades físicas extraescolares.

<sup>15</sup> Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2015/default\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2015/default_xls.shtm)>. Acesso em: 4 jul. 2017.

<sup>16</sup> O termo cultura corporal de movimento tem sido utilizado para se referir a manifestações corporais ligadas ao campo da educação física, como esportes, dança, lutas, ginástica, jogos etc., sem restringir tais práticas aos seus aspectos fisiológicos ou ligados à saúde, mas enfatizando sua dimensão cultural, social e histórica.

Figura 3 – Percentual de escolares do 9º ano do ensino fundamental com no mínimo 5 dias semanais de atividade física e esportiva de 60 minutos nos sete dias anteriores à pesquisa, por sexo, regiões e país; 2015.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar, 2015<sup>17</sup>.

O percentual de escolares do 9º ano que informaram a prática de atividade física e esportiva por 60 minutos ou mais, em pelo menos cinco dias nos últimos sete dias – totalizando 300 minutos semanais –, foi de 20,3%, sendo significativamente maior entre os meninos (28,1%) quando comparados às meninas (12,9%). A diferença é expressiva e desfavorável às meninas. Essa desigualdade de gênero foi encontrada em todas as regiões do país seguindo uma tendência mundial, também observada em estudo da Organização Mundial de Saúde (2016). Em todos 42 países participantes dessa pesquisa – dos quais o Brasil não faz parte –, as meninas apresentam menor frequência de prática de atividade física nas três faixas etárias investigadas, 11, 13 e 15 anos. As maiores diferenças de gênero foram encontradas entre jovens de 13 anos, na Irlanda, em Luxemburgo, em Portugal e na Espanha (OMS, 2016, p. 136).

No que se refere à população adulta, as mulheres também apresentam uma frequência de prática de atividade física e esportiva inferior aos homens, conforme constatado por várias pesquisas (DEL-DUCCA et al., 2015; SALLES-COSTA et al., 2003; ZANCHETTA et al., 2010).

O estudo de Luane Zanchetta et al. (2010) detectou significativas diferenças sociais e de gênero na prevalência de inatividade física no lazer, nos

<sup>17</sup> Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2015/default\\_xls.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2015/default_xls.shtm)>. Acesso em: 4 jul. 2017.

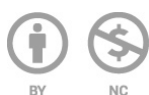
contextos diários de atividade física e nas modalidades de exercícios físicos e esportes praticados em adultos de 18 a 59 anos de idade, em áreas do Estado de São Paulo. Quando a atividade física foi medida exclusivamente no lazer, a prevalência de inatividade foi de 56,2% entre os homens e 73,8% entre as mulheres. No entanto, nessa pesquisa, os homens foram mais inativos do que as mulheres no conjunto das atividades físicas realizadas nos seguintes contextos: trabalho, meio de transporte, atividades domésticas e lazer<sup>18</sup>. Nesse contexto diário de atividade física, que envolve atividades cotidianas e não exclusivamente as práticas corporais e esportivas, 23,4% dos homens revelam ser inativos, ao passo que, entre as mulheres, foram 11,7%. Essa diferença nas distintas formas de medir os níveis de atividade física evidencia que a prática de atividades físicas e esportivas como exercício tem estado menos acessível às mulheres do que aos homens na sociedade brasileira, bem como ainda menos acessível às mulheres negras e pardas e com menor escolaridade. Além dos marcadores de gênero, a pesquisa de Zanchetta et al. (2010) também demonstrou que mulheres negras ou pardas (81,3%) são mais inativas no lazer do que mulheres brancas (68,3%). A inatividade física no lazer também está associada à escolaridade: quanto menor a escolaridade, maior a inatividade física no lazer, mas menor a inatividade nas atividades cotidianas.

Assim, é possível afirmar que as diferentes formas de realizar uma atividade física estão marcadas pelo gênero. Quando a atividade física está inserida no contexto das práticas cotidianas, incluindo deslocamentos e tarefas domésticas, a inatividade de mulheres pode ser inferior à dos homens. No entanto, quando a atividade se refere a atividades físicas e esportivas, como forma de exercício ligado ao lazer e à cultura corporal de movimento, as desigualdades de gênero são maiores e desfavoráveis às mulheres.

Tais aspectos também foram encontrados em uma pesquisa desenvolvida no município de Florianópolis, que analisou a prevalência de atividade física dentro de três categorias: lazer, domicílio e deslocamento. Nos homens, a prevalência de inatividade física foi mais elevada do que entre as mulheres no deslocamento (56,9% versus 44,5%, respectivamente) e no domicílio (79,0% versus 40,4%), enquanto, no lazer, a relação se inverte e a inatividade física foi mais frequente entre as mulheres (58,1% versus 45,5%) (DEL-DUCA et al., 2015).

---

<sup>18</sup> Esse resultado foi obtido utilizando o IPAQ – International Physical Activity Questionnaire ou Questionário Internacional de Atividade Física (QIAF). Trata-se de um questionário proposto pela Organização Mundial de Saúde, com o objetivo de tornar disponível um instrumento de medida de nível de atividade física que possa ser aplicado em diferentes regiões e culturas. O questionário foi testado em diversos países, entre eles, o Brasil (ZANCHETTA et al., 2010).



A partir dos dados apresentados neste artigo e no relatório do PNUD (2017b), é possível afirmar que desigualdades de gênero desfavoráveis às mulheres estão mais presentes no campo das atividades físicas e esportivas como lazer do que das atividades físicas inseridas no cotidiano e na rotina diária dos sujeitos. Escolaridade, renda e raça são marcadores sociais de diferença importantes nesse campo, pois pessoas negras ou pardas, de menor escolaridade e menor renda, realizam atividades físicas e esportivas com menor frequência quando comparadas a brancos, de maior escolaridade e renda. Tais desigualdades também estão associadas ao mundo do trabalho profissional e doméstico. As persistentes desigualdades de gênero na renda e no tempo ocupado com o trabalho doméstico e com tarefas de cuidado restringem o tempo disponível de mulheres para a prática de atividade física e esportiva de lazer.

Tais constatações vão ao encontro dos dados obtidos na pesquisa sobre fatores de risco e proteção para doenças crônicas – Vigitel Brasil 2015 – (BRASIL, 2017), realizada anualmente pelo Ministério da Saúde desde 2006 por inquérito telefônico. Ainda que a sistematização do último levantamento se refira exclusivamente a pessoas que possuem um plano de saúde, é possível fazer comparações de gênero e por faixa etária. No conjunto das 27 cidades – capitais e Distrito Federal –, a frequência da prática de atividade física equivalente a 150 minutos de atividade moderada por semana foi de 43,4%, sendo maior entre homens (52,3%) do que entre mulheres (36,3%). A frequência de prática tendeu a diminuir com o aumento da idade, de forma mais acentuada entre os homens. Em ambos os sexos, a frequência tendeu a aumentar com o nível de escolaridade. A diferença de prática entre homens e mulheres está presente em todas as faixas etárias, sendo maior entre adultos mais jovens, com tendência a diminuição com a idade (Tabela 1).

Tabela 1 – Percentual de adultos ( $\geq 18$  anos) beneficiários de planos de saúde que praticam atividades físicas no tempo livre equivalentes a pelo menos 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana no conjunto das capitais dos estados brasileiros e Distrito Federal, por sexo, segundo idade e anos de escolaridade.

Variáveis	Homens %	Mulheres %	Total %
<b>Idade (anos)</b>			
18 a 24	66,9	41,1	53,2
25 a 34	61,7	38,8	49,2
35 a 44	50,6	38,8	44,2
45 a 54	42,9	35	38,5
55 a 64	43,5	35,4	38,9
65 e mais	39,6	26,4	31,3
<b>Anos de escolaridade</b>			
0 a 8	35,4	24,4	28,7
9 a 11	48,7	33,2	40,4
12 e mais	58,6	41,7	49,1
<b>Total</b>	<b>52,3</b>	<b>36,3</b>	<b>43,4</b>

Fonte: Vigitel Saúde Suplementar, 2015. Adaptado a partir de BRASIL, 2017.

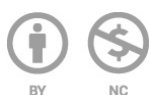
Em uma esfera mais local, em uma pesquisa realizada na região metropolitana de Campinas com estudantes dos dois últimos anos do ensino fundamental de escolas públicas, também foi constatado que meninas praticam menos atividade física e esportes do que meninos, dentro e fora da escola<sup>19</sup>: meninas informaram realizar essas atividades, em média, 2,6 dias por semana, ao passo que os meninos, 3,4 (ALTMANN et al., 2011; ALTMANN et al., 2018).

Na análise das expectativas futuras de prática regular de atividades físicas e esportivas, projetadas para o ano seguinte, as respostas variaram entre “com certeza não”, “provavelmente não”, “provavelmente sim” e “com certeza sim”. As meninas se situaram com maior frequência na resposta “provavelmente sim” (49,8%), enquanto os meninos responderam mais frequentemente “com certeza sim” (47,4%).

Em outra pergunta sobre a prática de atividade física e esportiva fora das aulas de educação física, 36,7% das meninas informaram não praticar nenhuma atividade física ou esportiva em seu tempo livre. As atividades mais mencionadas entre aquelas que informaram praticar algo foram as seguintes: caminhada (17,5%), vôlei (12%), futebol (9,1%), dança (5,3%), bicicleta (4,0%), corrida (1,7%), ginástica (1,7%), handebol (1,7%), academia (1,6%), lutas (1%) e patins (1%)<sup>20</sup>. Já entre os meninos, o percentual dos que não praticam é inferior (13,4%), e as atividades informadas foram: futebol (55,3%), bicicleta (8,8%), caminhada (6,2%),

<sup>19</sup> A amostra foi formada por 1742 estudantes provenientes de 39 escolas – 31 da rede estadual e 8 da rede municipal –, cuja idade variou de 11 a 17 anos, sendo a média etária de 13,6 anos (DP=0,95).

<sup>20</sup> Resultados acima de 1%.





natação (2,3%), basquete (2,1%), vôlei (2,1%), corrida (1,9%), lutas (1,6%) e academia (1,5%) (ALTMANN et al., 2011).

A concentração das respostas dos meninos em uma única atividade, o futebol, revela uma baixa diversificação das práticas. Entre as meninas, é grande o número daquelas que não realizam uma atividade regular ou de maior complexidade corporal. A caminhada, atividade mais mencionada entre as meninas, é uma prática pouco sistematizada e de baixa complexidade, que pouco contribui para a aquisição de habilidades corporais diversificadas, para o domínio e o aprimoramento de gestos, entre outros. A caminhada também foi a modalidade que se destacou com maior frequência quando comparada às demais nos resultados apresentados no Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do Brasil sobre atividades físicas e esportivas (PNUD, 2017b, p. 108).

Outro aspecto é que, em um país no qual, durante muito tempo, o futebol foi considerado um esporte masculino, surpreende ser essa a segunda modalidade esportiva mais mencionada pelas meninas. Futebol e lutas, que até 1979 foram desrecomendados ou proibidos para as mulheres no Brasil, aparecem aqui entre as modalidades mais frequentes, revelando mudanças sociais nos significados de gênero ligados ao esporte. No Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do Brasil sobre atividades físicas e esportivas, o futebol também está entre as modalidades esportivas mais praticadas pelas meninas (PNUD, 2017b).

Outra constatação dessa pesquisa a ser destacada neste artigo foi a de que as percepções de prazer e de competência corporal, o interesse e a atribuição de valor-utilidade à educação física são mais baixos entre as meninas do que entre os meninos (ALTMANN et al., 2011; ALTMANN et al., 2018). Percebendo-se corporalmente menos competentes e sentindo menos prazer em realizar atividades físicas e esportes, valorizando menos essa experiência corporal, as meninas os praticam com menor regularidade. Ampliar as possibilidades de prática e qualificar as intervenções pedagógicas de modo que meninas se percebam mais aptas e qualificadas para as atividades físicas e esportivas e sintam prazer em realizá-las são desafios importantes para quem atua na área e para a construção de políticas públicas.

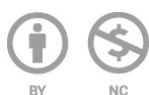
### 3. Desigualdades de gênero nos processos educativos



A escola é um espaço importante de aprendizagem da cultura corporal de movimento e de construção do interesse, da valorização e da apreciação das atividades físicas e esportivas. Para grande parte da população, a escola é a única oportunidade de uma vivência das atividades físicas e esportivas de forma sistematizada, pedagógica e dirigida. Ela cumpre, portanto, a importante função de possibilitar o acesso a esse conhecimento, de disponibilizar experiências que eduquem o corpo, os gestos e o gosto pela prática. Porque são experiências concretas vividas na escola e em outros espaços públicos ou privados que possibilitam encontrar prazer em fazer exercício, em usar a força, em alcançar a velocidade, em tornar o corpo mais resistente, em suar, prazer em disputar a vitória, no companheirismo, em acertar um alvo, em movimentar-se ritmicamente, prazer em executar ou aprimorar um novo gesto, em sentir o corpo cansado, entre muitas outras sensações provenientes dessas experiências corporais. Assim, é por meio de experiências concretas que habilidades são construídas, e perceber-se habilidoso(a), ágil ou capaz para uma prática também gera prazer em realizá-la.

Ao longo da história brasileira, a educação física escolar esteve marcada por separações e distinções de gênero em diversas dimensões pedagógicas, como na organização de turmas, na delimitação de conteúdos, nos procedimentos pedagógicos e nos uniformes. Até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (BRASIL, 1996), a separação por sexo para a realização das aulas estava prevista em lei: “50 alunos do mesmo sexo, preferencialmente selecionados por nível de aptidão física.” (BRASIL, 1971) A educação física era então concebida como atividade, visando despertar, desenvolver e aprimorar as forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando. Um amplo movimento renovador na educação física brasileira defendeu a necessidade de essa disciplina deixar de ser vista como atividade para ser “elevada” à condição de disciplina curricular, para o que foi “necessário demonstrar e afirmar que ela possui, assim como os outros componentes curriculares, um conhecimento, um saber (inclusive conceitual) necessário à formação plena do cidadão” (BRACHT e GONZÁLEZ, 2014, pp. 243-244).

Nesse processo, a separação de meninos e meninas para a realização de aulas foi foco de atenção de professoras(es) e pesquisadoras(es). No campo da produção de conhecimento, os primeiros estudos que tematizaram as relações de gênero na educação física, mesmo antes da utilização desse conceito, abordaram a separação de meninas e meninos para a realização dessas aulas (ABREU, 1990).



A origem dos estudos de gênero na educação física no Brasil esteve ligada à instituição escolar e à educação, enquanto área de conhecimento.

Em uma das primeiras pesquisas sobre educação física a utilizar o conceito de gênero no Brasil, Sousa (1994) mostrou como, ao longo da história, todo um sistema de instituições e organizações articulou e orientou ações pedagógicas que participam da construção social dos sujeitos masculinos e femininos. Separar turmas por sexo, adotar conteúdos diferenciados para homens e mulheres, professor para alunos e professora para alunas e caracterizar sexualmente os gestos foram estratégias utilizadas.

Assim, durante muito tempo, e em algumas instituições de ensino ainda hoje, meninos e meninas foram separados para a realização de aulas de educação física. O caráter prático da disciplina, o fato de ela lidar com o corpo, compreendido a partir de sua perspectiva biológica, e a organização feminina e masculina da maioria das competições esportivas têm justificado a separação de meninos e meninas nessas aulas. No entanto, historicamente, essa separação precede à hegemonia do esporte como conteúdo curricular da educação física escolar. Além disso, os estudos sobre gênero têm problematizado o caráter natural e biológico dos corpos e das diferenças entre homens e mulheres. Seria um engano pensar que o corpo é apenas regido por leis fisiológicas que escapam da história. O corpo e as relações de gênero são socialmente produzidos, também dentro dos currículos escolares.

Fausto-Sterling (2001/2002) alerta para a necessidade de aceitar o corpo como simultaneamente composto de genes, hormônios, células, órgãos, cultura e história, os quais influenciam a saúde e os comportamentos. Como bióloga, a autora levanta questões úteis para as análises aqui desenvolvidas: como fisicamente nosso corpo absorve cultura? Como nossa experiência modela os corpos que nos sustentam? Como falar do corpo sem ceder àqueles que o fixam como um objeto natural existente à parte da política, da cultura e de mudanças sociais?

Na educação física escolar, uma perspectiva biológica e naturalizada de compreender o corpo, as diferenças entre homens e mulheres e a própria educação física, concebendo-a enquanto atividade física, justificou a separação de meninos e meninas nas aulas. Esse processo também é abordado por Chan-Vianna, Moura e Mourão (2010), que fazem uma análise da produção acadêmica em gênero, educação física e escola, e por Louzada, Votre e Devidé (2007), que investigaram as representações de estudantes sobre as aulas de Educação Física separadas por



sexo e mistas. A produção científica brasileira posiciona-se favorável à organização mista e às práticas coeducativas nas aulas de Educação Física, conclusão também obtida por Louzada, Votre e Devide (2007).

Em artigo intitulado “Do corpo que distingue meninos e meninas na educação física escolar”, Dornelles (2012) problematiza o discurso biológico que atravessa e constitui as justificativas enunciadas por professores para separar meninos e meninas. Dornelles demonstra que argumentos etários também são utilizados para justificar a separação: “corpo, gênero e idade atravessam e constituem os diferentes discursos que justificam a necessidade de separação de meninos e meninas na educação física escolar”. Sequências normalizadas de desenvolvimento das crianças e normas de gênero e de sexualidade são problematizadas nesse e em outro artigo (DORNELLES, 2012; DORNELLES e DAL’IGNA, 2015).

A forte tendência de defender turmas mistas na educação física contribuiu para que, no final dos anos 1990, tal prescrição se materializasse nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs – (BRASIL, 1998), diretrizes curriculares elaboradas pelo governo federal para orientar as ações docentes e a delimitação dos conteúdos por área de conhecimento (MORAES E SILVA, 2012). Nesse documento curricular, a temática de gênero está presente no conteúdo de educação física e dentro do tema transversal “orientação sexual”, expressão ali utilizada para se referir à educação sexual ou educação em sexualidade na escola. Os PCNs foram as primeiras diretrizes curriculares no Brasil a contemplar a temática de gênero e de sexualidade (VIANNA, 2012). Um desdobramento importante nas políticas públicas que interseccionam gênero e educação foi a criação de um curso de educação a distância em 2005, com amplo oferecimento em todo o Brasil, intitulado Gênero e Diversidade na Escola, cujo material didático foi posteriormente transformado em livro. Questões ligadas à educação física estão presentes no seu conteúdo (BRASIL, 2009a, 2009b). Também a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura publicou em 2014 o material didático intitulado “Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro” (UNESCO, 2014).

A separação de alunas e alunos para a realização de aulas de Educação Física deixou de estar prevista na lei e em propostas curriculares, sendo hoje muito menos frequente nas escolas, embora não totalmente inexistente. Mas, se a segmentação de meninos e meninas vem sendo superada, as desigualdades de gênero nas aulas ainda se mostram um desafio.



Pesquisas constataam que diferenças e desigualdades se expressam em espaços educativos, seja na escola, seja em espaços de educação não formal como escolas de esportes (ALTMANN, 2015; BENINI FILHO, 2017; FERNANDES, 2016; JACÓ, 2012; MARIANO e ALTMANN, 2016; SOUSA, 1994; VIANA, 2012; UCHOGA, 2012; WENETZ, STIGGER e MEYER, 2006).

A participação em aulas de Educação Física tem se mostrado assimétrica: meninas são maioria entre quem fica na arquibancada ou na beira da quadra, sem realizar a parte prática da aula, tornando mais restritas suas aprendizagens corporais (JACÓ, 2012; OLIVEIRA, 2010). Ainda que a Educação Física seja componente curricular obrigatório na escola, há brechas na legislação que a tornam facultativa para algumas categorias<sup>21</sup>. Além disso, sua ainda frágil inserção pedagógica na escola, seu menor prestígio curricular e a utilização de critérios avaliativos pouco sistematizados (SOUZA JR., 2004) criam brechas que limitam o envolvimento com essas aulas.

Juliana Jacó constatou que a participação em aula era mais complexa do que o binômio participar *versus* não participar, pois nem todos(as) que estavam em quadra participavam de forma efetiva do que era proposto. Enquanto algumas pessoas adotavam posturas ativas, posicionando-se adequadamente em quadra, indo ao encontro da bola, dominando-a etc., outras, embora entrassem em quadra, não entravam no jogo ou o faziam de forma bastante limitada, sem atuar de forma efetiva. Havia ainda aquelas que se negavam a participar e as que transitavam entre essas diferentes formas de participação<sup>22</sup>. Portanto, aqueles que se excluem ou apenas ocupam um espaço em quadra, sem uma atuação expressiva, não obtêm uma aprendizagem significativa dos conteúdos da educação física, não educam seus corpos de modo a capacitá-los para essas experiências e não adquirem gosto pelas práticas corporais. Tais desigualdades são demarcadas pelo gênero.

Também outros espaços escolares são ocupados de modo desigual sob a perspectiva de gênero. Meninos tendem a ocupar espaços mais amplos, incluindo as quadras, nas quais é possível praticar esportes e educar esportivamente o corpo. Idade e habilidade esportiva são critérios que estabelecem uma estreita relação com o gênero na ocupação dos espaços escolares em momentos pedagogicamente não dirigidos, como recreios, aulas livres, entrada e saída da

<sup>21</sup> Ela é facultativa para estudantes que cumpram jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; maiores de 30 anos de idade; rapazes que estiverem prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiverem obrigados à prática da educação física; estudantes amparados pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; estudantes que tenham prole. Brasil, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

<sup>22</sup> A autora utiliza os seguintes termos para classificar essas diferentes formas de participação: “protagonistas”, “figurantes”, “flutuantes” e “excluídos(as)” (JACÓ, 2012).



escola (ALTMANN, 2015). Em pesquisa que analisou as relações de gênero durante os recreios, Wenzel, Stigger e Meyer (2006) constataram que a ocupação de espaços não era fixa, existindo negociações, conflitos e reapropriações. No entanto, uma “geografia de gêneros” era observada no pátio escolar: meninos adolescentes ocupavam as quadras esportivas, jogando futebol, enquanto as meninas ficavam em espaços menores ou praticavam vôlei. Meninos mais novos brincavam de futebol ou luta, e meninas, de pular corda, elástico ou pega-pega. Nessas pesquisas, espaços mais amplos da escola, que possibilitavam uma maior movimentação, eram predominantemente ocupados por meninos para os esportes.

Diferenças no envolvimento corporal das crianças com o esporte foram constatadas em uma pesquisa de observação em uma escola de ensino fundamental. Um dos momentos descritos na pesquisa para sustentar esse argumento é a preparação dos estudantes para as aulas de Educação Física. A pesquisadora relata que, certo dia, quando saíram da sala para a aula de Educação Física, os meninos dirigiram-se diretamente para a quadra, enquanto um deles vestia luvas de goleiro trazidas de casa. Já as meninas se preparavam para jogar futebol, passando creme nas mãos e penteando os cabelos. Mesmo entre alunas mais habilidosas e mais comprometidas com a aula, preocupações com a aparência faziam-se presentes. Em outra ocasião, uma aluna jogava futebol munida de um espelho no bolso, utilizado para arrumar o cabelo em momentos de pausa no jogo (SOUZA, 2009).

Tais desigualdades também estão presentes em espaços de educação não formal. Em uma pesquisa em uma escola privada de futebol (VIANA, 2012), o gosto pelo futebol e a vontade de aprendê-lo justificavam a presença da maioria das meninas e dos meninos naquele local. Ainda assim, algumas meninas diziam frequentar a escola de futebol por razões estéticas, pois consideravam o futebol adequado à perda de peso e ao delineamento do corpo, sobretudo dos membros inferiores. Em alguns treinos, uma menina transportava dentro da caneleira itens de maquiagem, que eram utilizados durante a prática, para retoques. A pesquisa também demonstrou que os treinos desconsideravam as diferenças de habilidade entre jogadores e jogadoras, nas quais o gênero era um marcador social de diferenças significativo. As meninas apresentavam um nível de habilidade inferior à maioria dos meninos, o que está relacionado à menor intensidade e à menor frequência com que participam de jogos com a bola nos pés na vida social. Sem contemplar tais diferenças, as atividades propostas eram inspiradas em técnicas de treinamento profissional, que pouco contemplavam as reais necessidades do grupo, em especial das meninas, limitando, assim, sua aprendizagem. Além disso, elas



eram menos incentivadas a adotar atitudes ofensivas e de liderança durante os jogos coletivos, bem como permaneciam por menos tempo em posse da bola. Logo, o desenvolvimento de suas habilidades individuais era mais limitado. Semelhante ao que ocorre em outras esferas sociais, essa pesquisa concluiu que as oportunidades de aprendizagem nesse espaço educativo eram desiguais sob uma perspectiva de gênero e desfavoráveis às meninas (VIANA, 2012).

As preocupações de ordem estética expressas por meninas durante práticas esportivas, como arrumando o cabelo e hidratando o corpo ou desviando a atenção do jogo para se olhar no espelho, contrastam com o investimento esportivo dos meninos expresso pela atitude de levar uma luva de goleiro à escola para ser utilizada na aula. Ainda que não seja possível uma generalização, a atenção de algumas meninas à apresentação do seu corpo sobressai-se ao investimento no jogo e à aquisição de habilidades corporais para obter eficiência no esporte. Esse tem sido um problema apontado por professores de Educação Física para uma maior adesão de meninas às atividades práticas em aulas<sup>23</sup>.

Também entre crianças pequenas, pesquisas têm constado processos educativos que constituem diferenças de gênero, envolvendo o corpo, o brincar, as vestimentas e as atividades cotidianas da escola de educação infantil (MARIANO e ALTMANN, 2016; VIANNA e FINCO, 2009; MARIANO, UCHOGA e ALTMANN, 2012). Na educação infantil, por não ser obrigatória, a presença da educação física é menos frequente. Um dos aspectos destacados em uma pesquisa que analisou aulas de Educação Física na educação infantil refere-se à falta de confiança docente nas habilidades corporais de meninas, contribuindo para um menor investimento pedagógico e para a falta de reforço positivo para as meninas durante essas aulas (MARIANO e ALTMANN, 2016). Distinções de gênero, de corpo, de habilidade e de gestos vão se constituindo de formas bastante complexas, deixando suas marcas nas relações estabelecidas com as atividades físicas e esportivas.

Por outro lado, em uma pesquisa no ensino fundamental, Fernandes (2016) constatou que tornar os corpos das meninas hábeis nos esportes coletivos configurou agires docentes positivos, contra-hegemônicos, que tencionavam relações de poder entre meninas e meninos na prática esportiva escolar. As meninas, ao aprenderem a gestualidade esportiva, empoderaram-se fisicamente, ocasionando agires não congruentes com algumas demandas de feminilidade. As professoras e os professores pesquisados assumiam uma postura docente,

---

<sup>23</sup> Essa questão será retomada no próximo item deste artigo.

situando-se entre aqueles que ensinavam na escola, oferecendo “percursos de aprender” às crianças e aos adolescentes. Ensinar Educação Física às meninas exigia intervenções repetitivas que demandavam sua presença em quadra e seu envolvimento com o conteúdo desenvolvido, oportunizando, assim:

significativas experiências corporais de movimento [que] lhes informavam sentidos sobre os fazeres corporais como algo insubstituível, pessoal e autoral. As exigências docentes impactavam nos fazeres das meninas e inseriam a aprendizagem do gesto esportivo na dimensão da experiência do corpo em movimento (FERNANDES, 2016, p. 114).

#### 4. Mulheres nas atividades físicas e esportivas de lazer

Além da escola, atividades físicas e esportivas também são realizadas em praças, na rua, em clubes, em escolas de esporte, em associações atléticas universitárias, em competições, entre outros. O último item deste artigo aborda a prática de atividades físicas e esportivas por mulheres a partir de algumas práticas de lazer e de políticas públicas na área.

Nos últimos anos, houve um crescimento das corridas de rua no Brasil, com aumento expressivo do número de mulheres corredoras. A corrida é realizada de forma rotineira, como atividade física ou como treinamento, mas também de forma competitiva. São muitas as corridas organizadas em várias cidades do Brasil, urbanas ou de aventura, com percursos variados, como 5 km, 10 km, 15 km, meia-maratona, maratona. A maioria delas é gerenciada pelo setor privado, sendo voltada não apenas a profissionais, mas também a amadores. A mais clássica corrida de rua no Brasil, a São Silvestre, em São Paulo, tem atingido o número máximo de inscritos, o qual, em 2016, foi de 30 mil pessoas. Com um percurso de 15 km e criada em 1925, as mulheres passaram a competir a partir de 1975, como uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher<sup>24</sup>. O número de mulheres corredoras tem aumentado nos últimos anos, sendo seu crescimento maior do que entre os homens. Em 2004, elas eram 11,49% dos concluintes; em 2015, 28,55%; e, na última edição da corrida, em 2016, 30,8% dos atletas que concluíram a prova foram mulheres<sup>25</sup>. Interessante notar que o percentual de mulheres participantes dessa corrida, com grande repercussão na mídia nacional e internacional, é menor do que o percentual de brasileiras atletas participantes dos Jogos Olímpicos. Tal

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.saosilvestre.com.br/historia/prova-feminina/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

<sup>25</sup> Disponível em: <<http://www.esportividade.com.br/mulheres-batem-recorde-na-sao-silvestre-2016-falta-agua-na-corrida/>>. Acesso em: 15 jun. 2017. A esse respeito, vide também <<http://www.webrun.com.br/h/noticias/aumenta-numero-de-mulheres-na-sao-silvestre/15333>>. Acesso em: 15 jun. 2017.





comparação evidencia expressivas desigualdades de gênero na prática de atividade física e esporte como lazer.

A valorização e a forma como as mulheres vivenciam a corrida de rua passam por mudanças significativas entre o início e a consolidação da prática, conforme observado em uma pesquisa que analisou a experiência de mulheres corredoras que participam, de forma amadora, de competições de corrida de rua (TICIANELLI e ALTMANN, 2015). No início, o bem-estar, o emagrecimento, as amizades, o aumento da qualidade de vida e uma mudança no estilo de vida eram elementos destacados. Ao passo que, com a adesão, com o tempo de prática e com a vivência competitiva, surgiram objetivos mais relacionados à corrida propriamente dita, como a melhora do próprio desempenho, o aumento da distância e a diminuição do tempo.

As sensações obtidas com a prática estão muito relacionadas à percepção de uma superação pessoal, a um momento de relaxamento, em que elas podem ficar sozinhas, sem pensar na rotina e nos problemas do trabalho ou da família. Além disso, apreciam aquele momento com elas mesmas, vivendo-o de forma prazerosa e como uma forma de superação, relacionada à felicidade por ter conseguido atingir seus objetivos por esforço próprio, obtendo, assim, reconhecimento de outras pessoas e delas mesmas (TICIANELLI e ALTMANN, 2015, p. 7).

Assim, o aspecto a ser destacado é a satisfação pessoal e o bem-estar corporal gerados por essa experiência, como evidenciado na fala de uma corredora de 38 anos: “Eu sinto uma sensação de felicidade enorme com a corrida, é meio que um vício e eu não penso em largar não” (TICIANELLI e ALTMANN, 2015, p. 6).

O encontro entre praticantes e a consolidação de laços de amizades relacionados às atividades físicas ou esportivas se expressam como elementos importantes para sua prática. Em pesquisa supracitada, com estudantes de ensino fundamental do interior do estado de São Paulo (ALTMANN et al., 2011), a menor percepção das meninas de apoio social à prática de atividades físicas e esportivas foi em relação aos pares, sendo a mais elevada a percepção de apoio de professores(as) de Educação Física. No caso do futebol, pesquisas demonstram que as meninas começam a jogar majoritariamente na companhia de meninos, como amigos, irmãos ou outro parente (ALTMANN e REIS, 2013; MORAES, 2012). Mesmo se tratando do futebol, um esporte que durante muito tempo foi tomado como masculino, a iniciação esportiva de meninas na companhia de meninos também está relacionada à evidente necessidade de companhia para jogar um esporte coletivo. A ausência de parceiros e de uma estrutura de iniciação esportiva



no Brasil limita as possibilidades de prática em diferentes faixas etárias e modalidades.

A importância das redes de sociabilidade para o envolvimento com as atividades físicas e esportivas foi constatada não apenas em modalidades coletivas, mas também individuais, como a corrida, o skate e a ginástica.

Pesquisas sobre atividade física e mulheres na terceira idade são mais comuns na área da saúde, destacando seus benefícios à saúde da mulher, tendo ainda sido pouco desenvolvidas pelos estudos de gênero ou nas ciências humanas no Brasil. Uma pesquisa desenvolvida com um grupo de mulheres idosas que vivenciam práticas corporais em um projeto social de lazer de uma cidade do interior de Minas Gerais destacou os marcantes laços de sociabilidade mediados pelas experiências corporais. “O processo de vivências de práticas corporais, como a dança, a ginástica e o alongamento, contribuiu para a reconstrução dos projetos individuais e para a construção de um projeto coletivo de envelhecimento, mediado pela alteridade característica do grupo” (SOARES, MOURÃO e ALVES JUNIOR, 2015, p. 655).

Em uma prática corporal cuja posição de centro é ocupada pelos homens, considerados como os referentes, as mulheres skatistas valem-se de estratégias específicas para produzirem visibilidade e se posicionarem como sujeitos dessa prática<sup>26</sup>. Segundo Goellner e Figueira (2013), uma dessas estratégias foi a criação de sites e blogs temáticos sobre meninas e mulheres no skate, nos quais as iniciativas extrapolavam os limites do ciberespaço, organizando encontros, campeonatos, exposições, venda de produtos, oficinas pedagógicas e ações sociais, entre outros. A organização de encontros, tours ou campeonatos de skate propiciava o encontro de meninas para a prática, visando também a difusão da modalidade entre mulheres.

Algumas pesquisas têm analisado a intersecção entre políticas públicas, lazer, esporte e gênero (GOELLNER et al., 2009; WERLE e SARAIVA, 2013; SALLES-COSTA et al., 2003; SILVESTRIN e SARAIVA, 2012; BENINI FILHO, 2017). Werle e Saraiva demonstram que as políticas públicas de esporte e lazer não incorporam as questões de gênero. A partir do discurso da igualdade de direitos, são desenvolvidas políticas de forma genérica, sem reconhecer as diferenças e a diversidade do público-alvo e tendo como efeito a produção de desigualdades de gênero na oferta de serviços. Os dados da pesquisa são de 2009

---

<sup>26</sup> Silvana Goellner (2005) tem ressaltado que a invisibilidade das mulheres atletas no Brasil não significa a ausência de prática.



e referem-se à Fundação Municipal do Esporte (FME) de Florianópolis. Dos beneficiários dos programas financiados, 62,6% eram homens e 37,4%, mulheres.

Podemos dizer que há uma reduzida e frágil incorporação da perspectiva de gênero nas políticas públicas da FME, o que encaminha para um atendimento genericado, não apenas pelo número diferenciado de atendimentos de cada sexo, mas também: pela valorização diferenciada às dimensões esportivas e atividades de lazer, já que as atividades identificadas como de maior participação feminina carecem de iniciativas, seja em relação à ampliação dos serviços, seja na diversificação destes; pela desconsideração das diferenças de gênero que se referem à divisão social do trabalho e às suas implicações no acesso e permanência de homens e mulheres nas atividades da FME (WERLE; SARAIVA, 2013, p. 74).

Constatação semelhante foi feita em pesquisa desenvolvida no município de Campinas: do total de beneficiados em projetos financiados com recurso público<sup>27</sup>, 83,7% eram homens ou meninos, enquanto 15,3%, mulheres ou meninas. Dos dez projetos na categoria “participação e lazer”, sete eram sobre futebol. Além da ausência de uma diretriz para a política pública que considere marcadores sociais de diferença, a baixa diversificação das modalidades oferecidas contribui na geração de desigualdades de gênero no acesso às práticas esportivas. Além disso, as desigualdades estavam presentes não apenas no acesso, mas nas rotinas pedagógicas das práticas analisadas. Entre outros aspectos, um deles refere-se à experiência competitiva. O acesso às práticas competitivas estava mais restrito às meninas, que, em alguns casos, eram impedidas de participar, pela ausência de torneios femininos. Além de não lhes ser possibilitada a experiência da competição, sua participação nos treinamentos também ficava limitada, uma vez que, em época de campeonato, a preparação daqueles que iriam competir tornava-se prioritária. Cabe ressaltar que a aprendizagem plena de uma modalidade esportiva inclui a experiência competitiva, e o acesso a ela tem sido restrito às crianças e jovens brasileiros.

O impacto positivo da experiência competitiva com esportes na educação esportiva de crianças e jovens foi uma das constatações da pesquisa desenvolvida por Simone Fernandes (2016) sobre a educação esportiva de meninas na escola pública:

---

<sup>27</sup> A pesquisa foi desenvolvida em 2016, analisando projetos de “Esporte de Lazer e Participação” da Secretaria de Esporte e Lazer da Prefeitura Municipal de Campinas, contemplados pelo Fundo de Investimentos Esportivos de Campinas (FIEC). A seleção é feita a partir de projetos inscritos em um edital publicado anualmente.



Docentes relataram que muitas meninas se viam distanciadas das práticas esportivas porque a feminilidade enfatizada, presente no contexto escolar, não era congruente com as demandas de amplos movimentos nos esportes coletivos: os cabelos soltos e arrumados, as maquiagens em excesso, sandálias escorregadias e roupas apertadas constrangiam sobremaneira os fazeres corporais das meninas, configurando uma estética que não facilitava a elas realizar amplos movimentos e enfrentamentos corporais diversos, nos quais o corpo feminino deixava de ser uma vitrine para agir ativamente nas aulas. A fim de ensiná-las, as(os) docentes interagiram com as maneiras como meninas se apresentavam no cotidiano das aulas, considerando seus estilos corporais e estéticos, agindo no estabelecimento de relações com os corpos das alunas pautadas pela eficácia esportiva e não pela beleza.

A constituição dessa outra relação entre o corpo das meninas e os fazeres esportivos ocorria quando docentes lhes solicitavam: vestimentas confortáveis, a utilização de tênis para proteger seus pés quando em contato físico com colegas ou com a bola, os cabelos presos, para obter respostas rápidas de movimento, a utilização de pouca ou nenhuma maquiagem por causa do suor, a necessidade de unhas mais curtas etc.

Em contrapartida, lhes ofereciam acessar outras sensações: a de fazer um gol, um drible, arremessar a bola e ver que vertiginosamente ela atingia a rede, e o prazer que tudo isso poderia proporcionar às meninas, a qualquer pessoa. Os momentos de competição transbordavam essas possibilidades de viver emoções. E também eram momentos nos quais essa relação com o corpo tornado eficaz nos esportes era admirada por um público maior e ocasionava status social às meninas por seus saberes esportivos, transformando o capital físico em capital social na escola. Isso porque os momentos de demonstração, nos quais as meninas revelavam para um grande público seus fazeres esportivos, configuravam de especial interesse entre discentes.

As competições entre escolares foram narradas como algo bastante motivador da aprendizagem, pois esses momentos eram de grande prestígio entre meninos e meninas, e atuavam na valorização das aprendizagens no campo esportivo. Também proporcionavam que o “capital físico”, o bem fazer aprendido nas aulas ocasionasse um “capital social e cultural” entre escolares. Com esse mecanismo em ação, o consenso cultural demarcado por uma hegemonia masculina nos esportes é afetado, no sentido de uma constituição mais democrática dessa relação entre discentes e prática esportiva na escola (FERNANDES, 2016, p. 114).

O trecho de pesquisa transcrito acima evidencia como a experiência da competição pode contribuir com o envolvimento no esporte e também no estabelecimento de uma outra relação com o corpo. Atividades físicas e esportivas proporcionam atitudes dinâmicas, que exigem movimento e possibilitam relações diversas entre as pessoas. Elas não são privilégio de um corpo magro e tampouco

precisam ter como finalidade o emagrecimento<sup>28</sup>. O envolvimento efetivo com uma atividade física ou esportiva pode contribuir para que aquela(e) que a pratica encontre razões próprias e ligadas à própria atividade para realizá-la.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

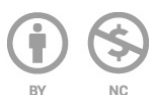
“Leve, a semente vai onde o vento leva. Gente pesa. Por mais que invente, só vai onde pisa” (RUIZ, 2012). Aproximando os versos de Alice Ruiz às análises aqui desenvolvidas, afirmo que as mulheres não são leves e não foram aonde o vento as levou. Mulheres brasileiras inventaram e foram aonde seus pés pisaram. Elas pisaram onde seus pés as levam a correr, seus braços a nadar, seu corpo a dançar ou a jogar... Que outros passos não de ser dados?

Ao longo da história, as mulheres conquistaram novas possibilidades corporais e de inserção na vida pública, para as quais foi indispensável tornar seus corpos ágeis, fortes e habilidosos, produzir conhecimento, pautar políticas públicas, inserir-se no mercado de trabalho, alterar legislações, modificar intervenções pedagógicas, entre outros.

Uma importante conquista na área das atividades físicas e esportivas foi romper com preconceitos e saberes que constituíam o corpo da mulher como frágil, tendo na maternidade sua principal função, e inapto a determinadas práticas. Outra estratégia foi classificar mulheres praticantes de algumas modalidades como não-femininas, masculinizadas ou homossexuais. Mulheres que jogam futebol enfrentaram – e por vezes ainda enfrentam – o questionamento da sua sexualidade, a associação daquela que joga à homossexualidade. Tal estratégia – presente em outras práticas corporais – é uma forma subliminar de demarcar tais práticas como masculinas, inadequadas às mulheres. A desconstrução de preconceitos de gênero e sexualidade no campo das atividades físicas e esportivas é uma área de muitas conquistas, mas também de reconfiguração de novas lutas por direitos ligados à diversidade sexual. Embora esse tema não tenha sido foco deste artigo, cabe mencionar que essa é uma área de crescente produção de conhecimento e reivindicações sociais (CAMARGO e KESSLER, 2017; DORNELLES e TEIXEIRA, 2016).

<sup>28</sup> “#This girl can” é um exemplo de uma interessante campanha promovendo a prática de atividades físicas para todas mulheres. O título, “Essa garota pode”, já é bastante sugestivo. Disponível em: <[www.thisgirlcan.co.uk](http://www.thisgirlcan.co.uk)>. Acesso em: 18 jun. 2017.

Exemplo de uma campanha brasileira, que precedeu o início dos Jogos Olímpicos Rio 2016, foi #QueroTreinarEmPaz. Foram produzidos vídeos com atletas, e mulheres foram incentivadas a publicar seus próprios relatos nas redes sociais. Disponível em: <<https://tvuol.uol.com.br/video/querotreinaempaz--prioridade-aos-homens-para-as-mulheres-o-que-sobrar-04024D1A396CC8C95326>>. Acesso em: 18 jun. 2017.



Apesar das conquistas, as atividades físicas e esportivas ainda são um campo de significativas desigualdades de gênero. Comparadas aos homens, as mulheres estão em menor número entre atletas de alto rendimento e entre praticantes de atividade física e esportiva. A visibilidade, na mídia, em meios de comunicação e em redes sociais de mulheres atletas contribui na construção de referências femininas para a prática de atividades físicas e esportivas; no entanto, há uma supremacia masculina e do futebol nessa área. A visibilidade de mulheres como atletas ou praticantes de atividades físicas variadas deve ser ampliada.

Em cargos de poder e liderança, como árbitras, treinadoras e dirigentes, as desigualdades de gênero são imensas, reproduzindo uma desigualdade presente no mundo do trabalho, no qual mulheres são minorias em cargos políticos, de direção e de gestão, com uma desigualdade ainda maior do que em outras esferas profissionais. A distribuição do trabalho doméstico e de cuidado permaneceu inalterada nos últimos dez anos, com as mulheres destinando em média o dobro do tempo a essas tarefas se comparadas com os homens: aproximadamente, 20 horas semanais. Com um total de horas de trabalho profissional e doméstico superior ao dos homens, mulheres dispõem de menos tempo para o lazer, aspecto ao qual a mais baixa frequência de prática de atividades físicas e esportivas entre mulheres está relacionada. Raça, renda e escolaridade são marcadores sociais de diferença com forte impacto no tempo destinado à prática de atividade física e esportiva, sendo ele menor entre mulheres negras, de menor escolaridade e menor renda. Políticas públicas devem levar em conta a intersecção entre marcadores de gênero, raça, renda e escolaridade no fomento à prática de atividades físicas e esportivas.

Além das políticas públicas de incentivo à prática de atividades físicas e esportivas, projetos sociais, como os ligados a organizações não governamentais, não podem pressupor que a universalidade dos direitos garantirá a equidade de acesso. Pesquisas indicam que, com esse pressuposto, homens e meninos têm sido mais contemplados do que mulheres e meninas. São necessárias diretrizes específicas na publicação de editais, na elaboração de projetos e na distribuição de recursos que considerem marcadores sociais de diferença. O gênero precisa pautar as oportunidades e as políticas de acesso a essas práticas, considerando aspectos como horário e locais de oferta, modalidades, reserva de vagas etc. O fato de mulheres adultas serem as principais responsáveis pelas tarefas domésticas e de cuidado é aspecto a ser considerado no oferecimento de atividades físicas e esportivas a esse público, sendo uma possibilidade o oferecimento de atividades em locais e horários concomitantes a mulheres e crianças.



Eventos podem ser uma importante ferramenta de incentivo à prática de atividades físicas e esportivas, para as mais diversas faixas etárias e modalidades. Campeonatos esportivos, que possibilitem a vivência da competição, têm sido menos disponibilizados a meninas do que a meninos. Pesquisas demonstram efeitos positivos de competições no interesse e na adesão à prática. Ainda que esse interesse por competições ou eventos não possa ser generalizado a toda a população, eles podem ser explorados e ressignificados a partir de características e critérios específicos. Campeonatos, corridas de rua, caminhadas coletivas, passeios ciclísticos, apresentações e festivais temáticos são algumas possibilidades. Eventos também podem ser uma forma de possibilitar o encontro entre praticantes e a construção de laços de amizade que envolvam a atividade física e esportiva. Outrossim, restringir eventos à iniciativa privada limita seu acesso àqueles que dispõem de recursos para financiar a própria participação.

Diante da pressão moderna em torno da aparência e do peso corporal, a qual atinge sobremaneira as mulheres, experiências corporais podem possibilitar relações com o corpo que não se restrinjam a sua apresentação estética, mas que proporcionem outras sensações, sentimentos e desafios relacionados às características específicas de cada atividade. Tais aspectos favorecem a consolidação do interesse e da valorização das atividades físicas e esportivas, gerando bem-estar e favorecendo uma vida saudável. Nessa perspectiva, a vinculação de imagens e histórias de mulheres com formas corporais variadas, que não exclusivamente magras ou de musculatura delineada, fazendo exercícios pode promover a propagação da ideia de que a prática de atividades físicas e esportivas é para todas(os).

O ensino das práticas corporais é imprescindível para a formação e a consolidação do apreço pela realização de exercícios físicos. A qualificação da formação de professoras e professores de Educação Física precisa incluir dimensões de gênero, de modo que suas práticas de intervenção contemplem diferenças e atendam a interesses e necessidades específicos. Práticas pedagógicas devem partir da percepção de meninas e mulheres como capazes, intervindo na consolidação de um saber-fazer, no aprimoramento de gestos, na melhora do desempenho e na adoção de uma postura protagonista. Espaços educativos contribuem para o empoderamento de meninas e mulheres tanto para a prática de atividades físicas e esportivas, quanto para a vida de uma forma mais plena.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Neíse G. **Meninos pra cá, meninas pra lá?** In: VOTRE, Sebastião; organizador. *Ensino e avaliação em educação física*. São Paulo: Ibrasa, 1990, pp. 101-120.
- ADELMANN, Miriam. **As mulheres nos esportes equestres: forjando corporalidades e subjetividades 'diferentes'**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, pp. 931-953, 2011.
- ALTMANN, Helena et al. **Educação física escolar e igualdade de gênero: um estudo transcultural**. Unicamp: Campinas, 2011. Relatório de pesquisa.
- ALTMANN, Helena. **Educação física escolar: relações de gênero em jogo**. São Paulo: Ed. Cortez, 2015, 174 p.
- ALTMANN, Helena. **Gênero e esporte na escola: reflexões a partir da Declaração de Brighton sobre Mulheres no Esporte**. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, v. 6, pp. 53-58, 2014.
- ALTMANN, Helena; AYOUB, Eliana; FERNANDEZ GARCIA, Emília; RAMIREZ, Elena; POLYDORO, Soely. **Gênero e cultura corporal de movimento: práticas e percepções de meninas e meninos**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2018, no prelo.
- ALTMANN, Helena; REIS, Heloisa H. B. **Futsal feminino na América do Sul: trajetórias de enfrentamentos e de conquistas**. *Movimento*, UFRGS (impresso), v. 19, pp. 211- 232, 2013.
- BENINI FILHO, Flavio de A. **Educação do corpo na perspectiva de gênero: uma análise de projetos públicos de esporte e lazer [dissertação de mestrado]**. Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação – Unicamp, 2017.
- BRACHT, Valter; GONZÁLEZ, Fernando J. **Educação Física Escolar**. In: GONZÁLES, Fernando J.; FENSTERSEIFER, Paulo E. *Dicionário crítico em educação física*. 3ª edição. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 25 jul. 2017.
- BRASIL. Decreto lei n. 3199 de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. 1941. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2012.
- BRASIL. Decreto nº. 69.450, de 1 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea c do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. 1971. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d69450.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm)>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- BRASIL. Deliberação nº 7 de agosto de 1965. D.O de 2-9-1965, p. 8984. Conselho Nacional de Desportos. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 2012.
- BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de Conteúdo, versão 2009**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009a. Disponível em:





<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=2189&Itemid](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2189&Itemid)>. Acesso em 30 jun. 2015.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Caderno de atividades.** Rio de Janeiro: CEPESC, 2009b. Disponível em: <<http://www.eclam.org/downloads/Caderno-de-Atividades-GDE2010.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 08 ago. 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

BRASIL. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.** Brasília: Presidência da República/Secretaria de Políticas para as Mulheres. Mar. 2015. 181 p. Disponível em: <[http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam\\_completo.pdf](http://www.spm.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/livro-raseam_completo.pdf)>. Acesso em: 04 jun. 2017.

BRASIL. **Vigitel Brasil 2015 Saúde Suplementar: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico [recurso eletrônico].** Brasília: Ministério da Saúde/Agência Nacional de Saúde Suplementar, 2017.

CAMARGO, Wagner X.; KESSLER, Cláudia S. **Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 23, n. 47, pp.191-225, 2017.

CHAN-VIANNA, Alexandre J.; MOURA, Diego L.; MOURÃO, Ludmila. **Educação física, gênero e escola: uma análise da produção acadêmica.** Revista Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 2, pp. 149-166, 2010.

DEL DUCA, Giovâni F.; NAHAS, Markus V.; GARCIA, Leandro M. T.; PERES, Marco A. **Como gênero e escolaridade interagem nos padrões de inatividade física em diferentes domínios em adultos?** Revista brasileira de educação física e esporte, São Paulo, v. 29, n. 4, pp. 653-661, 2015.

DEVIDE, Fabiano P. **Gênero e mulher no esporte: história das mulheres nos Jogos Olímpicos Modernos.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

DEVIDE, Fabiano P.; VOTRE, Sebastião J. **Primórdios da natação competitiva feminina: do "páreo elegância" aos Jogos Olímpicos de Los Angeles.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 34, n. 1, pp. 217-233, 2012.

DORNELLES, Priscila G. **Do corpo que distingue meninos e meninas na educação física escolar.** Cadernos Cedes, v. 32, n. 87, 2012.

DORNELLES, Priscila G.; DAL'IGNA, Maria Cláudia. **Gênero, sexualidade e idade: tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da educação física escolar.** Educação e Pesquisa, v. 41, n. especial, 2015.

DORNELLES, Priscila G.; TEIXEIRA, David R. **O ensino do futebol na Educação Física escolar: uma "feminilidade problema" entra em campo.** In: KESSLER, Cláudia S.; organizadora. Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol. Volume 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, pp. 89-106.

FARIAS, Cláudia Maria de. **Entre lembranças e silêncios: reflexões sobre uma autobiografia feminina.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, pp. 238-257, 2009.



FAUSTO-STERLING, Anne. **Dualismos em duelo**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 17-18, pp. 9-79, 2001-2002.

FERNANDES, Simone C. **A educação esportiva de meninas na escola pública: experiências positivas de gênero na educação física [tese de doutorado]**. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Educação Física – Unicamp, 2016.

FERREIRA, Heide J.; SALLES, José Geraldo C.; MOURÃO, Ludmila. **Inserção e permanência de mulheres como treinadoras esportivas no Brasil**. Revista da Educação Física (UEM. Online), Maringá, v. 26, pp. 21-29, 2015.

FERREIRA, Maria Beatriz R.; editora. **Inspirational women in America: making a difference in physical education, sport and dance**. IAPESGW Continent Serie. Juiz de Fora: NGIME/UFJF, 2016, 196 p.

FINNISH SPORT FEDERATION. **The Brighton Declaration on Women and Sport. 1994**. In: FASTING, K. et al. From Brighton to Helsinki. Helsinki: Finnish Sport Federation, 2014.

GOELLNER, Silvana V. **Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Physica**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003, 152 p.

GOELLNER, Silvana V. et al. **Lazer e gênero: considerações iniciais a partir da experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade**. In: FRAGA, Alex B. et al. Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos. Porto Alegre: Gênese, 2009, pp. 53-61.

GOELLNER, Silvana V.; FIGUEIRA, Márcia L. M. **Quando você é excluída, você faz o seu: mulheres e skate no Brasil**. Cadernos Pagu, Campinas, v. 41, pp. 239-264, 2013.

GOELLNER, Silvana. **Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, v. 19, n. 2, pp. 143-151, abr./jun. 2005.

HARAWAY, Donna. **"Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 22, pp. 201-246, 2004.

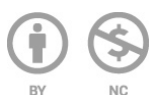
IBGE. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015**. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016b, 132 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e pesquisas – Informação demográfica e socioeconômica, n. 36, ISSN 1516-3296. Rio de Janeiro: IBGE/Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016a, 146 p. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2017.

JACÓ, Juliana Fagundes. **Educação Física escolar e gênero: diferentes maneiras de participar da aula [dissertação de mestrado]**. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Educação Física – Unicamp, 2012.

LOUZADA, Mauro; VOTRE, Sebastião; DEVIDE, Fabiano. **Representações de docentes acerca da distribuição dos alunos por sexo nas aulas de educação física**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 28, n. 2, pp. 55-68, jan. 2007.

MARIANO, Marina; ALTMANN, Helena. **Educação Física na Educação Infantil: educando crianças ou meninos e meninas?** Cadernos Pagu, Campinas, v. 26, pp. 411-438, 2016.



MARIANO, Marina; UCHOGA, Liane A. Roveran; ALTMANN, Helena. **Corpo e movimento: produzindo diferenças de gênero na educação infantil**. Pensar a Prática (on-line), v. 15, pp. 285-301, 2012.

MORAES E SILVA, M. **Escola e educação física: maquinaria disciplinar, biopolítica e genereficante**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 34, n. 1, pp. 343-357, 2012.

MORAES, Enny Vieira. **As mulheres também são boas de bola: histórias de vida de jogadoras baianas (1970-1990) [tese de doutorado em História]**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

NUSSBAUM, Martha C. **Women and Human Development: The Capabilities Approach**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2000.

OLIVEIRA, Rogério Cruz de. **Na periferia da quadra: educação física, cultura e sociabilidade na escola [tese de doutorado em Educação Física]**. Campinas: Faculdade de Educação Física – Unicamp, 2010.

OMS. **Growing up unequal: gender and socioeconomic differences in young people's health and well-being: health behavior in school-aged children (HBSC) study: international report from the 2013/2014 survey**. Copenhagen: Organização Mundial da Saúde (OMS), Escritório Regional da Europa, 2016, 276 p.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional do Brasil. Movimento é Vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas**. 2017b.

PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional sobre Atividades Físicas e Esportivas e Desenvolvimento Humano**. Nota conceitual. 2017a.

**REGULAMENTO Nº 7 de Educação Física, 1934**. Disponível em: <<http://virtuallivros.com.br/modules/catalogo/public-photo.php?photold=5>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

RUBIO, Kátia; ALTMANN, Helena.; MOURÃO, Ludmila; GOELLNER, Silvana V. **Women and sport in Brazil**. In: D'AMICO, Rosa Lopez de; BENN, Tansin; PFISTER, Gertrud; organizadoras. *Women and Sport in Latin America*. Volume 1. Nova Iorque: Routledge, 2016, pp. 69-78.

RUIZ, Alice. **Dois em um**. São Paulo: Iluminuras, 2012, 207 p.

SALLES-COSTA, Rosana et al. **Gênero e prática de atividade física de lazer**. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, vol. 19, suppl. 2, pp. S325-S333, 2003.

SCHPUN, Mônica Raisal. **Beleza em jogo. Cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20**. São Paulo: Ed. Senac e Boitempo, 1999.

SILVESTREIN, Júlia M. P.; SARAIVA, Maria do Carmo O. **A participação de meninos e meninas nos projetos sociais da Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis**. Motrivivência, Florianópolis, v. 38, pp. 75-88, 2012.

SOARES, João Paulo F.; MOURÃO, Ludmila; ALVES JUNIOR, Edmundo de D. **O doce amargo sabor do envelhecimento: discursos, práticas corporais e experiências geracionais**. Movimento (on-line), Porto Alegre, v. 21, pp. 645-657, 2015.

SOUSA, Eustáquia S. **Meninos, à marcha! Meninas, à sombra! A história da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994) [tese de doutorado em Educação]**. Campinas: Unicamp, 1994.

SOUZA, Carolina M. **Relações de gênero e educação física: “visão de jogo” e beleza**. Monografia (Licenciatura em Educação Física). Unicamp, Campinas, 2009.



SOUZA JR., Marcílio. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em Educação Física: trajetória, orientações legais e implicações pedagógicas.** Pro-Posições, v. 15, n. 2 (44), mai./ago. 2004.

TICIANELLI, Giovanna G.; ALTMANN, Helena. **Corrida de rua: competição e treinamento na vida de mulheres.** Labrys (edição em português, on-line), Brasília, v. 28, pp. 1-14, 2015.

UCHOGA, Liane R. **Educação física escolar e relações de gênero: risco, confiança, organização e sociabilidades em diferentes conteúdos [dissertação de mestrado em Educação Física].** Campinas: Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos de aprendizagem.** Brasília: UNESCO, 2014. 53 p.

VIANA, Aline E. **As relações de gênero em uma escola de futebol: quando o jogo é possível [dissertação de mestrado em Educação Física].** Campinas: Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, 2012.

VIANNA, Cláudia. **Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica.** Pró-Posições, Campinas, v. 23, pp. 253-278, 2012.

VIANNA, Cláudia; FINCO, Daniela. **Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder.** Cadernos Pagu (impresso), Campinas, v. 33, pp. 265-283, 2009.

WENETZ, Ileana; STIGGER, Marco P.; MEYER, Dagmar E. **A construção do gênero no espaço escolar.** Movimento, Porto Alegre, v. 12, pp. 59-80, 2006.

WERLE, Verônica; SARAIVA, Maria Carmo. **As relações de gênero na Fundação Municipal de Esporte de Florianópolis: políticas genéricas, atendimento generificado.** Movimento, Porto Alegre, v. 19, pp. 57-78, 2013.

ZANCHETTA, Luane Margarete et al. **Inatividade física e fatores associados em adultos, São Paulo, Brasil.** Revista brasileira de epidemiologia, vol. 13, n. 3, pp. 387-399, 2010.

